

Autogestão iugoslava: Capitalismo sob a bandeira vermelha

Juraj Katalenac

Link:

<http://insurgentnotes.com/2013/10/yugoslav-self-management-capitalism-under-the-red-banner/>

Toda ciência oficial e liberal defende a escravidão salarial, enquanto o marxismo declarou guerra implacável a essa escravidão.

Lênin

A autogestão iugoslava é um experimento histórico único. Além disso, é uma das formações mais interessantes do chamado socialismo real até hoje, pois a Iugoslávia rompeu com a União Soviética e iniciou seu próprio caminho econômico, político e ideológico específico. Foi um sistema que criticou publicamente os "desvios burocráticos" da União Soviética, que gritou "locais de trabalho para os trabalhadores", que "aboliu" seu próprio Partido Comunista e definiu seu próprio caminho na política da Guerra Fria. Mas também era um sistema com suas próprias contradições, um sistema que criticava a burocracia dos outros enquanto a sua própria estava crescendo, um sistema que defendia a autogestão dos trabalhadores apenas no papel, enquanto os tecnocratas e gerentes comandavam a economia na prática, um sistema que "aboliu" o Partido Único apenas mudando seu nome e um sistema que se enfurecia contra o imperialismo enquanto participava ativamente dele. Além disso, se analisarmos as questões de federalismo e centralismo ou a(s) questão(ões) nacional(is) na Iugoslávia, teremos um quadro realmente complexo e interessante. Ainda assim, a autogestão, especialmente com os novos movimentos sociais que surgiram recentemente e que são atraídos por essas ideias, continua sendo um tópico crucial e relevante. Pelo mesmo motivo, é realmente uma pena que, em uma era de "triunfo da democracia" fukuyamista, poucas pessoas estudem a Iugoslávia e que, nas faculdades croatas, ela seja mencionada apenas por meio da mitologia liberal-nacionalista pós-década de 1990.

O objetivo deste artigo é fazer uma crítica marxista da autogestão iugoslava. Acredito que o marxismo não está "derrotado" e que a crítica de Marx ao capitalismo pode ser aplicada aos chamados países "socialistas". Por isso, considero a Iugoslávia

"socialista" como uma sociedade capitalista. Como marxista, rejeito completamente a farsa stalinista do "socialismo em um só país", mas também analiso as relações econômicas e políticas com base em uma análise marxista do capitalismo em vez de meras proclamações e documentos que esses sistemas publicaram. Em minha crítica à economia iugoslava, estou me baseando nos trabalhos de marxistas como Raya Dunayevskaya e Paresh Chattopadhyay e em suas análises da União Soviética, pois há muitas semelhanças e abordagens úteis. Usando o método de Marx, aceito que o critério fundamental para caracterizar uma economia está em suas relações sociais específicas de produção. Elas revelam as formas específicas pelas quais os trabalhadores e os meios de produção são combinados para a produção - ou, na sociedade de classes, "a forma específica pela qual o trabalho excedente não remunerado é bombeado para fora do produtor imediato" (Marx em Chattopadhyay 1994:5). Ao usar esse método, como Dunayevskaya e Chattopadhyay fizeram no caso da União Soviética, ou como tentarei fazer no caso da Iugoslávia, podemos perceber as relações sociais específicas na produção em que a sociedade se baseia, ou seja, as formas de apropriação e uso do trabalho excedente dessa sociedade. Também podemos mencionar a necessidade dessas economias de "reprodução ampliada das relações de produção que determinaram formas existenciais específicas de propriedade, troca e distribuição" (Chattopadhyay, 1994: 6). Para uma análise do capitalismo, é importante apresentar o duplo significado do conceito de capital de Marx: econômico e jurídico, com base no qual analisaremos as relações dentro da Iugoslávia "socialista". Além disso, é importante abordar a revisão do marxismo pelos marxistas-leninistas, como Stalin e a intelectualidade soviética, mas também a intelectualidade iugoslava, como Tito, Edvard Kardelj, Boris Kidrič e o economista Branko Horvat (veja seu livro *ABC of Yugoslav Socialism* (1989).

Na discussão sobre a autogestão dos trabalhadores, também analisarei sua crítica pelos intelectuais iugoslavos em torno da revista filosófica *Praxis*. Na edição nº 3 e 4 de 1971, a *Praxis* apresentou sua crítica à Iugoslávia que, em alguns trabalhos, como em "Contradictions and ambiguities of Yugoslav self-managing socialism" (1971), de Rudi Supek, marcava a Iugoslávia como uma sociedade capitalista, mas ainda assim apoiava a autogestão como um caminho para o comunismo.

Esse assunto é muito extenso para ser tratado adequadamente em um formato tão curto. Muitos "episódios" e "momentos" do sistema iugoslavo serão deixados de fora. Como este é meu primeiro artigo sério, espero que alguns erros sejam apontados nas críticas e comentários que receberei ao ler este artigo. Gostaria de agradecer a todas as

pessoas cujos comentários me ajudaram a moldar este artigo. Além disso, gostaria de expressar minha gratidão aos editores do *Insurgent Notes* por me permitirem contribuir para esta edição.

NASCIMENTO DA IUGOSLÁVIA SOCIALISTA

É impossível falar sobre o titoísmo ou a autogestão iugoslava sem conhecer certos contextos históricos que ajudaram a gerar essas ideias. Para fazer isso, precisamos analisar a política do Partido Comunista da Iugoslávia (CPY) e suas filiais nacionais, a autoatividade da classe trabalhadora e o movimento comunista oficial internacional, que na época estava fortemente infectado pela contrarrevolução pós-outubro, agora stalinista.

É muito importante afirmar desde já que a revolução comunista nunca aconteceu na Iugoslávia. O CPY conquistou o poder porque saiu vitorioso após a Segunda Guerra Mundial, devido à força do imperialismo soviético, ou seja, o Exército Vermelho soviético, que ele apoiou, e porque conseguiu garantir sua posição dominante nas lutas pelo poder dentro da Iugoslávia com os monarquistas. Além disso, durante a Segunda Guerra Mundial, o CPY foi a principal força do Movimento de Libertação Nacional (NOP)¹, um movimento de frente popular antifascista interclasse, que permitiu que elementos burgueses e pequeno-burgueses entrassem em pé de igualdade, sem se identificar com suas antigas bandeiras políticas. O NOP era um movimento amplo e o partido recrutou a maioria de seus militantes, independentemente da afiliação de classe, para formar o quadro e o aparato executivo para um novo estágio da contrarrevolução (James 1986:89). Até mesmo os esquerdistas gostam de repetir a mitologia iugoslava de que o NOP era um movimento revolucionário; seus documentos, como a *Declaração de fevereiro de 1943 do NOV i POJ e o QG da AVNOJ*², provam o contrário. Nesse documento, afirma-se claramente que eles consideram "a propriedade privada sacrossanta" e defendem a "possibilidade total de iniciativa própria na indústria, no comércio e na agricultura" (Petranović 1988:342).

Uma das primeiras tarefas da CPY foi a reconstrução da Iugoslávia e o estabelecimento do controle total sobre o território iugoslavo. O número de vítimas da

¹ Sérvio-cro. O Narodno oslobodilački pokret (NOP) foi um movimento da Frente Popular na Iugoslávia durante a Segunda Guerra Mundial.

² Sérvio-cro. Izjava Vrhovnog štaba NOV i POJ i AVNOJ-a; NOV i POJ significa Peoples Liberation Army and Partisan Units of Yugoslavia (Exército de Libertação Popular e Unidades Partidárias da Iugoslávia) e AVNOJ significa Antifascist Council of National Liberation of Yugoslavia (Conselho Antifascista de Libertação Nacional da Iugoslávia).

Segunda Guerra Mundial foi enorme. A perda demográfica foi de 1.706.000 pessoas³ ; 3,5 milhões de pessoas perderam suas casas e a produção estava em apenas 30% de sua capacidade anterior à guerra. 36,5% da indústria e 52% dos trilhos de trem foram destruídos na guerra (Bilandžić 1974:16). Seguindo o "modelo soviético" de nacionalização e estabelecimento de propriedade estatal, a CPY acreditava que poderia reconstruir a economia e iniciar a industrialização, o que a ajudaria a acumular uma grande quantidade de meios de produção.

Quando digo que a CPY "copiou" a União Soviética, é realmente importante afirmar que, naquela época, para a maioria dos membros da CPY, a União Soviética significava "socialismo", razão pela qual as massas e as bases da CPY estavam realmente entusiasmadas com a criação de uma nova sociedade. É realmente importante afirmar que a maioria dos membros do CPY não sabia realmente o que estava acontecendo na União Soviética e que eles a idolatravam como símbolo da vitória e da salvação do proletariado. Isso não pode ser dito sobre a liderança do partido, que estava muito familiarizada com os acontecimentos na União Soviética, especialmente porque a maioria dos líderes do CPY eram agentes do NKVD⁴ . De acordo com vários historiadores iugoslavos, o CPY - como o mais fiel seguidor da Internacional Comunista - achava que a União Soviética havia desenvolvido as "experiências certas" na construção de relações socioeconômicas socialistas e de um sistema político que poderia ser aplicado a todos os "estados socialistas" e que poderia ser aceito por todos os partidos comunistas. O CPY acreditava que o "modelo soviético", ou seja, o "caminho russo", era o único caminho certo possível para o socialismo, no sentido de construir a propriedade estatal e um sistema administrativo-centrista de gerenciamento da sociedade, especialmente da economia. A liderança iugoslava declarou que a nacionalização significava socialismo porque todas as propriedades foram confiscadas pela autoridade do povo e porque essas propriedades confiscadas passaram para as mãos de um "Estado do povo trabalhador" que se tornou gerente dessas propriedades. É realmente interessante mencionar aqui a entrevista de Tito em *Borba* (eng. *Struggle*), de 29 de novembro de 1951, na qual ele falou sobre o desenvolvimento da "revolução" na Iugoslávia. Por meio dessa entrevista, podemos entender claramente os paradigmas

³ Em seu livro *Samoupravljanje 1950-1974* (autogestão 1950-1974; 1974), o historiador iugoslavo Dr. Dušan Bilandžić afirma que 1.706.000 iugoslavos foram mortos na Segunda Guerra Mundial, ou seja, um em cada dez cidadãos da Iugoslávia. Na verdade, ele está se referindo à perda demográfica, ou seja, o número que indica quantos cidadãos o país perdeu. Esse número foi apresentado como o número de mortos na conferência de paz em Paris, para que a Iugoslávia pudesse maximizar seu sofrimento.

⁴ Rus. Народный комиссариат внутренних дел era a polícia secreta soviética.

ideológicos do stalinismo que estavam profundamente enraizados nas políticas da CPY. Ele falou sobre quatro ações revolucionárias dos comunistas iugoslavos: (i) o levante contra os ocupantes, (ii) a luta contra os traidores internos, (iii) a destruição do aparato estatal que servia aos ocupantes pelo povo e (iv) a criação de um "governo popular". Ele também falou sobre a questão nacional do povo iugoslavo e sobre a transferência dos meios de produção para as mãos do "povo trabalhador". Como podemos ler em *State Capitalism and World Revolution* (1986), de C.R. James, onde ele citou a liderança iugoslava, "a nacionalização foi bem preparada em termos organizacionais e foi realizada de forma a impossibilitar sabotagens e danos. Todas as empresas de todo o país foram assumidas no mesmo dia e quase ao mesmo tempo, sem a interrupção da produção" (James 1986:90). O que temos aqui é um exemplo clássico de "socialismo em um país", ou seja, o capitalismo de estado stalinista.

Muito antes de chegar ao poder, o CPY tentou destruir a autoatividade da classe trabalhadora e subordiná-la à sua bandeira. O CPY conseguiu se tornar o único representante da classe trabalhadora na Iugoslávia e a vitória na guerra apenas fortaleceu sua posição. Por exemplo, na imprensa do Partido Comunista Internacionalista (PCInt) da Itália, também conhecido como Battaglia Comunista, podemos encontrar "momentos" interessantes da época em que as forças titoístas entraram em Trieste. Esses "momentos" dizem respeito a execuções de anarquistas e comunistas pelas forças de Tito, mas também mostram como as forças de Tito não permitiram que o proletariado de Trieste carregasse bandeiras vermelhas, mas apenas bandeiras nacionais iugoslavas e italianas (Battaglia Comunista 1947, 2012; Erba 2012). Isso demonstra a natureza antiproletária da política de frente popular. No que diz respeito às ações do CPY "em casa", os sindicatos militantes foram destruídos e sugados pelo novo Estado:

"Sob a construção da nova Iugoslávia, após a nacionalização da indústria, e como resultado do ritmo acelerado da construção socialista, a classe dos trabalhadores não é mais uma classe de proletários de mãos nuas que deve travar uma luta política e econômica diária, que deve lutar por mais pão. Essa classe hoje - em aliança com outras massas trabalhadoras - detém a autoridade - detém a maior parte dos meios de produção, e seu futuro depende, em primeiro lugar, de si mesma, de seu trabalho e de sua unidade com outros trabalhadores, da mobilização de todos os trabalhadores na construção do socialismo" (CPY, em James 1986:80).

Além disso, uma das razões para a destruição dos sindicatos foi a unificação dos trabalhadores manuais e intelectuais na Frente de Trabalho do novo "estado corporativo". A nova função dos sindicatos passou a ser organizar "a competição socialista e o trabalho de choque, a racionalização e a inovação (...) lutar pela disciplina do trabalho, melhorar a qualidade do trabalho, proteger a propriedade do povo, lutar contra danos, contra o absenteísmo, contra o trabalho descuidado e coisas semelhantes" (CPY em James 1986:81). Eles se tornaram os cães de guarda do "novo" sistema, cuja tarefa era garantir a disciplina no trabalho e a obediência da classe trabalhadora. Quando se tratava de aumentar a velocidade da produção, a liderança iugoslava usava métodos soviéticos que haviam sido comprovados na prática, como o Stakhanovismo⁵. Uma dessas experiências é descrita no livro *Prvi radnički savjet (Primeiro Conselho de Trabalhadores; 1985)*, de Dragutin Grgurević, que descreve como os trabalhadores que aumentavam os níveis de produção eram recompensados da mesma forma que os stakhanovistas soviéticos. Obviamente, a produção era organizada com base no princípio da hierarquia na produção. Isso continuou com o Primeiro Plano Quinquenal de 1947, no qual a liderança iugoslava falava em "utilização de horas de trabalho (...) pagamentos progressivos por trabalho acima da norma, bem como um sistema de prêmios para equipes técnicas e de engenharia" (CPY em James 1986:84), pagamento de incentivos para a burocracia a fim de inspirá-los a intensificar a exploração dos trabalhadores etc.

Em resumo, o CPY era um partido stalinista comum. E foi realmente um dos melhores exemplos de partidos stalinistas. Como disse C.L.R. James, "o titoísmo conseguiu atingir em poucos anos o clímax contrarrevolucionário que Stalin levou quase duas décadas para alcançar" (James 1986:79). De acordo com ele, Stálin teve de lutar contra os resquícios da tradição revolucionária bolchevique, enquanto Tito e seus seguidores tiveram apenas de jurar lealdade a ele e puderam facilmente justificar todas

⁵ O stakhanovismo era uma "tendência" entre os trabalhadores russos, chamada assim em homenagem a Alexei Stakhanov, mineiro que, inspirado pelo discurso de Stalin em maio de 1935, escavou mais de 102 toneladas de carvão em apenas 6 horas, 14 vezes acima de sua cota. Os stakhanovistas exigiram que a igualdade de salários fosse abolida e que os trabalhadores fossem pagos de acordo com seus méritos. O surgimento dessa "tendência" foi seguido de um aumento nas diferenças salariais extremas, do aumento da racionalização e do início da produção de produtos de luxo. Em 15 de novembro de 1935, foi realizada a Conferência de Toda a Rússia dos stakhanovistas, onde eles foram declarados, pelo Pravda, como "líderes do povo" (Dunayevskaya, 1942). O aumento dos salários dos stakhanovistas permitiu que eles avançassem mais rapidamente na sociedade. Ao contrário deles, os trabalhadores comuns se viam em uma situação em que era cada vez mais difícil comprar produtos que podiam comprar durante o racionamento. Na Iugoslávia, os stakhanovistas eram chamados de "udarnici" (trabalhadores excepcionais).

as políticas pelas quais Stálin teve de lutar por décadas. Bons exemplos disso são a criação de "nosso povo, nossa intelligentsia socialista" (James 1986:83), que Stalin conseguiu incluir na Constituição da União Soviética de 1936, enquanto Tito o fez depois de alguns anos no poder.

Ainda hoje, muitos marxistas e diferentes tipos de esquerdistas negam o fato de que Tito não passava de uma versão nacional do stalinismo implícito na Iugoslávia, assim como o maoísmo era o stalinismo chinês ou o hoxhaísmo era albanês. Isso praticamente coloca a ideia do "socialismo em um só país" em xeque, especialmente sua incapacidade de trazer o comunismo, já que, curiosamente, desenvolve sentimentos bastante anticomunistas. Mas para nossos marxistas e esquerdistas, o titoísmo é algo especial e inspirador, por causa do conflito entre a CPY e o CPSU em 1984, que resultou na expulsão da CPY do Cominform e no desenvolvimento de sua "própria" ideologia de autogestão socialista. Na próxima parte do artigo, examinarei o conflito da Iugoslávia com Stalin e as razões para o desenvolvimento da ideologia da autogestão socialista, que mais tarde ficou conhecida como Titoísmo.

CONFLITO COM STALIN E INÍCIO DA "DESESTALINIZAÇÃO"

Após a Segunda Guerra Mundial, o CPY não foi o único partido que seguiu o "modelo soviético". Os partidos comunistas da Tchecoslováquia, Polônia, Romênia, Bulgária e Albânia seguiram as mesmas políticas depois que conquistaram o poder em seus países. Em setembro de 1947, o PCUS, na ausência do Comintern, que Stalin havia fechado em 1940, criou um órgão político internacional que consistia em nove partidos comunistas chamado Bureau de Informações dos Partidos Comunistas e dos Trabalhadores (Cominform). No congresso de fundação do Cominform, Andrei Zhdanov fez um discurso no qual disse que o mundo de hoje estava dividido em dois "campos": o imperialista ocidental, com os Estados Unidos da América (EUA) como líder, e o socialista, com a União Soviética como líder. No que se refere ao "outro" lado, os EUA lançaram a *Doutrina Truman* em março de 1947, segundo a qual os EUA dariam ajuda militar, técnica e financeira a todos os países ameaçados pelo comunismo. No mesmo ano, os EUA lançaram o *Plano Marshall*, segundo o qual os EUA dariam ajuda financeira aos países europeus para ajudá-los a desenvolver suas capacidades de defesa contra a União Soviética e para ajudá-los a manter a estabilidade, ou seja, para destruir a resistência da classe trabalhadora.

Nessa polarização política inicial, a Iugoslávia manteve-se fortemente ligada à União Soviética. Na batalha diplomática por Trieste e Ístria, o CPY contava com o forte

apoio soviético, como também aconteceu com o primeiro Plano Quinquenal (1947-1951). A liderança do CPY era tão leal à União Soviética que Edvard Kardelj disse certa vez ao embaixador soviético que a liderança iugoslava via a Iugoslávia como um dos futuros estados da União Soviética, é claro, por meio de contratos econômicos e políticos. É por isso que, quando o CPY conquistou o poder na Iugoslávia, a liderança do partido forçou a integração com a União Soviética de forma muito mais rápida e ampla do que a União Soviética exigiu inicialmente. Essa integração tinha seus aspectos estatísticos, político-econômicos e culturais, e o início da integração foi confirmado com o *Contrato sobre amizade, ajuda mútua e cooperação pós-guerra entre a Iugoslávia e a União Soviética*⁶, assinado em 11 de abril de 1945. Contratos semelhantes foram assinados com todos os satélites soviéticos. Por exigência da CPY, a União Soviética enviou vários especialistas para a Iugoslávia, tanto civis quanto militares, que foram colocados em posições importantes no exército, na polícia, na economia e no aparato estatal iugoslavos. Mas logo esse "idílio soviético-iugoslavo" chegaria ao fim.

As tensões aumentaram pela primeira vez durante a *crise de Trieste*, na qual a Iugoslávia estava em uma disputa com a Itália e o Ocidente sobre a delimitação de fronteiras na Ístria e na Eslovênia e sobre a cidade de Trieste. Em 18 de março de 1948, Stalin retirou os especialistas soviéticos que estavam trabalhando para resolver a disputa. Sem o apoio soviético, a posição política da Iugoslávia ficou incrivelmente enfraquecida. No dia seguinte, foi assinada a *Declaração Tripartite*, na qual o Território Livre de Trieste foi atribuído à Itália. As segundas tensões estavam relacionadas ao apoio da Iugoslávia aos guerrilheiros gregos (1946-1949). O CPY queria criar a chamada Federação dos Bálcãs e estava discutindo o assunto com os PCs da Albânia e da Bulgária. A Grécia também deveria fazer parte da Federação dos Bálcãs, razão pela qual a Iugoslávia apoiou o PC grego e seus guerrilheiros em seu levante. Esse apoio foi principalmente logístico, mas também econômico e militar. Nessa luta, a Iugoslávia também contava com a ajuda da União Soviética, mas a liderança do CPY não sabia de um acordo entre a União Soviética e a Grã-Bretanha de outubro de 1944. De acordo com esse acordo, a Grécia fazia parte da zona de interesse britânica e o governo britânico ajudava as forças realistas gregas em sua luta contra os comunistas. Além disso, esse acordo significava que a União Soviética deveria desistir da Grécia

⁶ O título em servo-croata é *Ugovor o prijateljstvu, uzajamnoj pomoći i poslijeratnoj suradnji, Jugoslavije i SSSR-a*.

"comunista", não ajudando os comunistas gregos - nem mesmo durante sua revolta contra a repressão britânica e monárquica - em troca de outros compromissos políticos e territoriais. Além desses dois exemplos, as tensões entre a União Soviética e a Iugoslávia estavam crescendo porque a Iugoslávia não concordava em criar as chamadas "empresas associadas". As "empresas associadas" eram o principal componente do imperialismo soviético em relação a seus satélites. Elas foram criadas com capital conjunto, ou seja, capital soviético mais capital do país satélite no qual a empresa foi aberta, mas a maior parte dos lucros foi enviada para a reconstrução da União Soviética.

Por causa de suas objeções aos desejos soviéticos, a liderança soviética acusou a liderança do CPY de "falta de internacionalismo". Esse conflito atingiu o teto com uma *resolução do Cominform* de 28 de julho de 1948, que afirmava que Tito era "um campeão das potências ocidentais", que havia a necessidade de mudar a liderança do CPY e de retornar à linha do marxismo-leninismo. Em um estado de choque silencioso, no 5º congresso do partido, a liderança iugoslava apoiou Tito e sua camarilha e votou contra a *resolução*. Isso causou uma escalada no conflito entre a União Soviética, a Bulgária e a Albânia, de um lado, e a Iugoslávia, de outro. Apenas alguns anos após a Segunda Guerra Mundial, a Iugoslávia se viu diante de outro possível conflito. Mas para Stalin, a intervenção militar era a última opção. Ele tentou garantir sua hegemonia por meio dos quadros do CPY, que ainda prometiam lealdade a ele e que se opunham às decisões do congresso do CPY e apoiavam a *Resolução*. Essas pessoas eram conhecidas na Iugoslávia como "ibeovci" e "stalinistas"⁷ e foram reprimidas e perseguidas pelo sistema iugoslavo, o que culminou com a abertura de dois campos de concentração para elas, chamados "Goli otok" e "Sveti Grgur"⁸.

O conflito com a União Soviética levou a Iugoslávia ao isolamento do resto do mundo "comunista". Os especialistas soviéticos se retiraram da Iugoslávia; o sistema administrativo entrou em colapso devido ao isolamento; a crise econômica se intensificou e havia grandes riscos de agitação social inspirada por motivos ideológicos

⁷ Embora na maior parte do texto eu use o stalinismo como outro nome para o marxismo-leninismo, quando me refiro ao "stalinismo" entre aspas, estou me referindo às denúncias que a liderança iugoslava usou contra a ideologia da União Soviética e seus seguidores na Iugoslávia. Estou usando aspas porque, no caso da liderança iugoslava, a denúncia da União Soviética como "stalinista" não tem nenhuma explicação ou argumento material e não questiona os conceitos fundamentais do marxismo-leninismo ou do stalinismo, como fiz até agora e como continuarei neste artigo, já que não considero o marxismo-leninismo como marxismo em primeiro lugar.

⁸ "Goli otok" (eng. Naked Island) foi o mais famoso campo de concentração iugoslavo para inimigos ideológicos de esquerda do regime, geralmente "stalinistas". Esse campo era destinado principalmente a prisioneiros do sexo masculino, enquanto o "Sveti Grgur" (São Jorge) era para mulheres.

e econômicos. A necessidade de uma explicação teórica para o conflito, juntamente com a maior crise econômica e política do sistema iugoslavo, resultou no que os historiadores do regime iugoslavo chamaram de "revisão do marxismo-leninismo e organização do 'socialismo em um só país'" (Bilandžić 1974). De acordo com Bilandžić, a intelligentsia da CPY voltou-se para as obras de Marx, Engels e Lênin, especialmente os escritos de Marx sobre a Comuna de Paris e *Estado e Revolução* de Lênin. Com isso, a CPY tentou "provar" como ainda estava na "linha" do marxismo-leninismo e como estava criticando o "stalinismo" e a União Soviética a partir dessa posição. Eles argumentaram que a propriedade estatal dos meios de produção é a forma mais baixa de propriedade pública e que era realmente importante transcendê-la o mais rápido possível, pois ela pode levar ao burocratismo, ou seja, à burocracia que controla a mais-valia e, com isso, à degeneração da "sociedade socialista". Eles viam o maior problema na União Soviética justamente no burocratismo, ou seja, no crescimento de uma máquina burocrática que permite que a burocracia se forme rapidamente e usurpe os direitos pelos quais a classe trabalhadora lutou. Para lutar contra isso, a intelligentsia da CPY propôs a descentralização do poder estatal e a revogação da organização hierárquica dentro das empresas.

Um dos primeiros indícios das novas concepções político-ideológicas foi o relatório de Edvard Kardelj, *On peoples democracy in Yugoslavia*⁹ (1949), apresentado em 28 de maio de 1949 à Assembleia Nacional da República Popular Federal da Iugoslávia durante a revisão da *lei do Comitê dos Povos*¹⁰. Nesse relatório, Kardelj estava discutindo o entendimento "stalinista" do poder nos países socialistas e defendia uma maior democratização e um papel mais importante das massas:

"Não há aparato burocrático perfeito, independentemente do tipo de liderança genial que esteja no comando, que possa construir o socialismo. O socialismo só pode crescer a partir da iniciativa de massas de milhões de pessoas com o papel de liderança correto de um partido proletário. Portanto, o desenvolvimento do socialismo não pode seguir outro caminho que não seja o do constante aprofundamento da democracia socialista no sentido de maior autogoverno das massas populares, no sentido de sua maior atração pelo trabalho da máquina estatal - dos órgãos mais baixos aos mais altos, no sentido de maior participação na administração direta de cada empresa, instituição etc." (Kardelj in Bilandžić 1999:316).

⁹ O título em servo-croata é *O narodnoj demokraciji u Jugoslaviji*.

¹⁰ O título em servo-croata é *Zakon o narodnim odborima*.

Kardelj também enfatizou a análise de Marx e Engels sobre a Comuna de Paris, que apontou o perigo do burocratismo após a vitória do proletariado sobre a burguesia na revolução, mas também os "métodos" que o proletariado pode usar para se proteger contra o burocratismo. Esses "métodos" são a elegibilidade e a possibilidade de mudança de todos os funcionários, um sistema de salários que impeça a luta por posições de liderança e a atração das massas para o aparato estatal, de modo que, como Kardelj parafraseou Lênin, todos sejam "burocratas" por um período de tempo e, ao fazer isso, ninguém poderá se tornar um burocrata. Esse relatório deu um esboço da ideia de autogestão socialista.

Em 23 de novembro de 1949, Boris Kidrič e Đuro Šalaj assinaram a *Instrução sobre a formação e o trabalho dos conselhos de trabalhadores*¹¹, na qual se afirmava que os conselhos de trabalhadores deveriam participar ativamente da tomada das decisões mais importantes. Entretanto, esse documento afirmava que a autogestão deveria ser introduzida somente nas maiores empresas. Em 27 de junho de 1950, a autogestão dos trabalhadores foi introduzida por lei com a *Lei básica sobre a gestão de empresas estatais e associações econômicas superiores por coletivos de trabalhadores*¹², popularmente chamada de *Lei sobre a concessão de fábricas para que os trabalhadores as gerenciem* ou *Lei de autogestão dos trabalhadores* (Holjevac Tuković 2003:132). A primeira seção dessa lei nos deu uma visão da autogestão iugoslava: "Fábricas, minas, tráfego, transporte, comércio, agricultura, florestas, empresas comunais e outras empresas estatais, juntamente com a propriedade de outras pessoas, em nome da comunidade, são administradas por coletivos de trabalhadores no âmbito do plano estatal, de acordo com os direitos e deveres identificados por leis e outros regulamentos jurídicos" (Jugoslavija 1985a:1023). De acordo com a lei, os coletivos de trabalhadores exerciam seu direito à autogestão por meio de conselhos de trabalhadores e comitês de direção de empresas ou das chamadas "associações econômicas superiores", que consistiam em várias empresas associadas. O conselho era eleito para um mandato de um ano, enquanto os membros do conselho podiam ser reconvocados antes do término de seu mandato. O conselho de trabalhadores era composto por 15 a 120 membros, exceto no caso de empresas que empregavam menos de 30 trabalhadores, em que todo o coletivo era o conselho. Ele tinha um comitê de direção eleito e rotativo,

¹¹ O título em servo-croata é Uputstvo o osnivanju i radnu radničkih savjeta.

¹² O título em servo-croata é Osnovni zakon o upravljanju državnim privrednim poduzećima i višim privrednim poduzećima od strane radnih kolektiva.

cuja função era administrar a empresa e responder ao conselho de trabalhadores e aos órgãos estatais competentes. O diretor era um membro ex officio do comitê de direção. Ana Holjevac Tuković afirma em seu artigo "Socio-economical reforms 1950-1952 and their reflection on administration of Peoples Republic of Croatia" (2003) que, embora a *lei de autogestão dos trabalhadores* reconhecesse oficialmente os conselhos de fábrica, seus poderes ainda eram limitados pelo partido. A independência operacional, nesse período, era exercida somente no campo das questões tecnológicas e especializadas, enquanto todas as questões materiais dependiam da política do Estado.

Mais um passo em direção à autogestão socialista foi estabelecido com a *Lei Geral sobre Comitês Populares* de 1952. Os comitês populares foram definidos na primeira seção da lei como "órgãos locais do poder estatal (...) órgãos de autogestão popular em bairros, distritos e cidades" (Jugoslaviya 1985c:1025). Essa lei estabeleceu unidades de autogoverno local, os chamados comitês populares, que deveriam possibilitar a autogestão em nível local. Esses comitês populares tinham certos poderes, por exemplo, podiam fazer orçamentos por conta própria (Seção 14). O destaque dessas mudanças legislativas foi a *Lei Constitucional sobre as Bases da Associação Social e Política da República Popular Federal da Iugoslávia e dos Órgãos Federais de Poder*, de 1953. A Lei Constitucional constituiu a ordem política na Iugoslávia, que continuou a se desenvolver nas décadas seguintes. A autogestão tornou-se uma parte fundamental do Estado. A autogestão é mencionada na segunda seção da lei, que diz que o poder na FPRY pertence ao "povo trabalhador" que o exerce por meio de vários órgãos de autogestão. A 4ª seção afirma que a base da organização sociopolítica da Iugoslávia é "a propriedade pública dos meios de produção, a autogestão dos produtores na economia e a autogestão dos trabalhadores nos bairros, cidades e condados" (Jugoslaviya 1985d:1028). A autogestão dos produtores na economia foi definida mais detalhadamente na 6ª seção, que afirma que as coletividades de trabalho têm o direito de administrar a economia diretamente e por meio de conselhos de trabalhadores, cooperativas agrícolas, assembleias etc., e que os trabalhadores têm o direito de escolher e ser escolhidos nos conselhos de trabalhadores. Uma parte muito interessante é sobre o direito de uma organização econômica (empresa, cooperativa etc.) de definir seus próprios planos econômicos, que, após concluir seu dever, dispõe independentemente da renda da organização (a lei até estabelece um mínimo que deve permanecer na empresa), que pode definir independentemente os salários de seus trabalhadores (a lei até estabelece um salário mínimo). A autogestão do "povo trabalhador" em bairros,

distritos, cidades etc. é estabelecida com a 7ª seção. Os cidadãos escolhem e destituem seus representantes no Conselho de Produtores do Comitê Popular de cada cidade. Todo cidadão pode escolher e ser escolhido nos Comitês do Povo e tem o direito de participar do "exercício do poder" por meio de referendos, comitês de eleitores, conselhos de cidadãos etc. Devido a essas duas formas de autogestão, econômica e municipal, a Assembleia Nacional Federal Iugoslava tinha duas casas: o Conselho Federal e o Conselho de Produtores.

Um dos melhores exemplos da explicação teórica do CPY sobre o "novo caminho" pode ser encontrado no artigo de Bilandžić "Self-Management 1950-1974" (1974), no qual ele afirma que, por seguir o modelo "stalinista", o CPY se viu em uma encruzilhada em que tinha de escolher entre um sistema burocrático e centralista de gestão e o "entusiasmo revolucionário das massas". Segundo ele, o CPY ficou do lado das massas com sua ideia de transformação do estatismo socialista revolucionário em socialismo autogestionário e com a ressurreição das posições marxistas sobre o Estado. Ele escreveu que a "nova qualidade (...) estava no fato de que o CPY passou da teoria para a práxis revolucionária ao dizer que o processo de definhamento do Estado não pode ser prolongado para o futuro - como Stalin costumava dizer - mas deve começar imediatamente, especialmente no campo da administração da economia" (Bilandžić 1974:23). Svetozar Stojanović, um dos membros do grupo iugoslavo marxista-humanista¹³ *Praxis*, declarou em seu artigo "From Post-Revolutionary Dictatorship to Socialist Democracy" (1971) que "não há nenhuma evidência real de que o processo histórico de definhamento do Estado e de transcendência da política como poder alienado dominado por grupos profissionais tenha começado [na Iugoslávia]" (Stojanović 1972:385), e continuou: "é realmente ingênuo acreditar que o Estado começou a morrer quando o Partido ainda está no poder" (Stojanović 1972:386).

¹³ Mesmo que seja comum colocar o grupo Praxis no campo marxista-humanista, eu me oponho a essa classificação. Para mim, o marxismo-humanismo é uma tendência que se baseia nas obras de Raya Dunayevskaya, C.L.R. James e da chamada Tendência Johnson-Forest, que politicamente compartilha muito pouco, ou nada, com o grupo Praxis. Embora os membros do grupo Praxis fossem muito críticos em relação ao sistema iugoslavo, eles não compartilhavam da análise marxista-humanista da União Soviética e de regimes semelhantes, ou seja, não apoiavam a teoria do capitalismo de estado. Além disso, acredito que ninguém pode dizer que havia unidade política e ideológica entre os membros do grupo Praxis, o que explica o fato de que, enquanto alguns tentavam articular algum tipo de crítica marxista da Iugoslávia, outros se voltavam para ideias liberais de "democracia" e "democratização", abandonando completamente o materialismo histórico e a análise de classe. O fato de a segunda corrente ter vencido pode ser facilmente observado nas últimas edições da Praxis, que foram totalmente dedicadas às teorias liberais da "sociedade civil" e dominadas por artigos de filósofos nacionalistas liberais croatas.

Ele afirmou que a crise política da Iugoslávia, que ocorreu nas décadas de 60 e 70, estava enraizada na incapacidade de "desestalinizar" radicalmente a Iugoslávia.

Se expandirmos a crítica de Stojanović com um pouco de análise de classe marxista, podemos notar um certo "oximoro iugoslavo". Por um lado, temos o ataque do establishment iugoslavo ao burocratismo do "stalinismo" e à alienação da intelligentsia soviética de sua base, apelos para a desprofissionalização da política e a inclusão mais ampla das massas no processo político, especialmente na economia, mas, ao mesmo tempo, o partido acumulou poder político total, o que fortaleceu seu aparato estatal, especialmente suas funções repressivas contra a classe trabalhadora e os inimigos políticos. Esse "oximoro iugoslavo" será examinado em um texto futuro, juntamente com todo o sistema de autogestão e seu caráter de classe.

A AUTOGESTÃO IUGOSLAVA NA PRÁTICA

Charles Lindblom, em seu livro *Politics and Markets* (1977), dedica um capítulo inteiro às "inovações iugoslavas", ou seja, o chamado socialismo de mercado. Curiosamente, Lindblom explica por que a Iugoslávia desenvolveu o socialismo de mercado usando a explicação de Tito, em que Tito está, na verdade, parafraseando *The Wealth of Nations* (*A Riqueza das Nações*), de Adam Smith, em relação à divisão do trabalho, na qual ele encontrou os fundamentos do socialismo de mercado:

"Empresas atrasadas, fracas e pequenas não podem participar da divisão internacional do trabalho. É por isso que a integração e a especialização completa na produção são necessárias para que a produção possa ser a mais barata possível, com a maior variedade possível e da mais alta qualidade" (Tito em Lindblom 1977:339).

Além disso, Lindblom explica as reformas políticas da Iugoslávia desde 1952, quando a liderança iugoslava começou a substituir a direção central por uma direção central substancial misturada com a direção do mercado, até 1965, quando uma grande reforma foi implementada. Ele afirma que, desde então, o controle administrativo central na Iugoslávia tem sido "mais ou menos do mesmo tipo encontrado nas poliarquias orientadas para o mercado"¹⁴ " (Lindblom 1977:340). ¹⁵O controle administrativo central não é obtido por meio de um plano de produção central, mas por

¹⁴ Poliarquia é um termo inventado por Robert A. Dahl, que ele usou para descrever formas de governo em que o poder está nas mãos de três ou mais pessoas. A poliarquia é um estado-nação que tem certos procedimentos necessários para implementar o "princípio democrático".

¹⁵ Com o termo "nacional", Lindblom está na verdade se referindo a repúblicas iugoslavas individuais, ou seja, Eslovênia, Croácia, Sérvia, Bósnia, Macedônia ou Montenegro. É um erro referir-se a elas como "províncias", porque a Iugoslávia era uma federação de repúblicas "socialistas", mas também porque isso poderia causar confusão, já que a Sérvia consistia em duas "províncias autônomas": Vojvodina e Kosovo.

"intervenções ad hoc por meio de impostos, subsídios ocasionais, regulamentações específicas vinculadas a determinados setores e controle central e 'nacional' (ou seja, provincial) sobre novos investimentos importantes" (Lindblom 1997:340). As empresas iugoslavas produziam o que achavam lucrativo produzir. A empresa comprava insumos livremente no mercado, tanto nacional quanto internacional. Quando se tratava do mercado nacional, é claro, havia outras empresas que estavam vendendo determinadas commodities e insumos que eram usados na produção de determinados bens. A empresa alugava terras do governo, mas também de proprietários privados. Além disso, contratava mão de obra, mas é importante ressaltar que, acima do salário mínimo, os trabalhadores recebiam renda na forma de participação nos lucros, o que, obviamente, dependia de seu trabalho. Como qualquer outra empresa capitalista, uma empresa iugoslava precisa cobrir seus custos, como o nível mínimo de salários. Ela era livre para buscar novos mercados, estabelecer diversidade de produção, distribuir seus lucros entre salários, benefícios coletivos para seus trabalhadores ou reinvestimento no crescimento da empresa. As novas empresas podiam ser abertas por qualquer indivíduo ou grupo, embora normalmente fossem abertas principalmente por unidades de governo autônomo local ou empresas existentes. Após a fundação, todas as empresas, exceto as pequenas empresas privadas com menos de cinco funcionários, eram transformadas em "propriedade social". Além disso, algumas empresas iugoslavas se uniram a algumas corporações estrangeiras e misturaram "propriedade social" parcial do lado iugoslavo e propriedade privada parcial. Para combater o monopólio, o governo iugoslavo usou uma série de métodos diferentes, como a redução de tarifas e a remoção de restrições de importação. É importante mencionar como o formalismo jurídico iugoslavo igualou os produtores e as organizações intermediárias (bancos, mercados, empresas de comércio exterior), ou seja, "aqueles que produzem mais-valia e aqueles que administram a disposição da mais-valia na forma de meios de produção" (Supek 1971:355). Em condições de concorrência de mercado, isso levou ao monopólio das organizações intermediárias.

Também é importante mencionar a agricultura. Anteriormente coletivizada, grande parte da agricultura agora era concedida a fazendas e agricultores privados. De 10 a 15% das terras aráveis estavam em posse de fazendas estatais que se destacavam no fornecimento de suprimentos para os mercados interno e externo. Essa mudança repentina da agricultura coletiva para a privada foi justificada, como diz Lindblom, "como um expediente, necessário até o momento em que o desenvolvimento do novo

homem comunista tornasse novamente possível a agricultura coletiva" (Lindblom 1977:341).

Os sindicatos eram participantes importantes nas empresas, muitas vezes competindo com os conselhos de trabalhadores. Os historiadores e ideólogos iugoslavos geralmente gostavam de enfatizar, assim como Lindblom, que os sindicatos e os conselhos de trabalhadores eram instrumentos "por meio dos quais os empregados podiam defender seus próprios interesses profissionais" (Lindblom 1977:341). Até mesmo Lindblom reconhece que essas instituições eram "ainda um instrumento de direção do partido e do governo sobre as empresas e a força de trabalho" (Lindblom 1977:341). Para justificar essa tese, basta dar uma olhada nas estatísticas apresentadas por ele. Entre 1958 e 1966, quase 1.400 greves foram registradas, enquanto nenhuma foi oficialmente registrada desde 1968. As lutas dos trabalhadores simplesmente pararam porque a sociedade iugoslava atingiu a meta comunista de uma sociedade sem classes ou os sindicatos simplesmente cumpriram seu papel institucional na sociedade capitalista - suprimindo as lutas dos trabalhadores?

Algumas respostas podem ser encontradas no texto de Tito "On Workers' Managing Economic

Enterprises" (1950), em que ele escreve que a influência do Estado na economia não deixou de existir, mas foi enfraquecida e ele pede aos trabalhadores que assumam suas funções. Tito enfatiza como o Estado se enfraquecerá gradualmente e a velocidade de seu enfraquecimento depende do avanço do desenvolvimento cultural. O desenvolvimento cultural é necessário porque antes da "revolução" na Iugoslávia a classe trabalhadora não existia (sic!) e depois que a industrialização das partes não desenvolvidas da Iugoslávia foi implementada, os camponeses se tornaram membros da classe trabalhadora. Por isso, é importante que o partido e o estado eduquem e criem os camponeses de acordo com os "valores do socialismo", para que eles possam evoluir para uma nova classe trabalhadora e autogerenciar a produção. O papel principal nessa educação dos trabalhadores coube aos sindicatos, que não precisam lutar pelos direitos dos trabalhadores como antes, porque os trabalhadores agora "são donos do Estado", mas a nova tarefa dos sindicatos é educar os trabalhadores para que eles possam gerenciar a sociedade por meio dos conselhos de trabalhadores. A autogestão é necessária para que o burocratismo possa ser evitado, porque um sistema no qual os tecnocratas gerenciam a classe trabalhadora é "o maior inimigo do socialismo" (Tito 1950:232). É bastante claro que a liderança iugoslava usou os sindicatos, como

organizações de massa da classe trabalhadora, para estabelecer um controle sistemático profundamente enraizado nos locais de trabalho, de modo que qualquer tipo de agitação industrial ou de classe fosse evitada. Os sindicatos também eram aliados das forças políticas da Liga dos Comunistas da Iugoslávia¹⁶ que defendiam a ampla liberalização do mercado. Por exemplo, no Congresso de 1957, eles pediram a remoção de regulamentações estatais, impostos mais baixos, maior autonomia das empresas para investimentos etc. Os quadros mais jovens do partido também eram seus aliados mais fortes, pois não tinham a experiência da Segunda Guerra Mundial ou da onda revolucionária dos anos 20 e estavam inclinados a ideias liberais.

O anarquista húngaro Arpad Kovacs escreve que, por trás da ideia de autogestão, estava a crença de que os trabalhadores deveriam definir seu próprio dia de trabalho e decidir como produziram algo, etc., porque, de acordo com Tito, essa era a maneira correta de chegar ao comunismo a partir do socialismo. Kovacs também observa como a função dos conselhos de trabalhadores era tomar decisões sobre a maioria dos aspectos relacionados à gestão da empresa, enquanto os gerentes eram responsáveis pelo planejamento e pela implementação do plano. O conselho de trabalhadores era superior aos gerentes e podia escolher e destituir o comitê de direção ou seus membros individuais. Os comitês de direção eram formados por especialistas com experiência prévia em gestão e o Estado os nomeava para determinadas empresas. Ser gerente em um comitê de direção era um emprego permanente, enquanto os conselhos de trabalhadores eram formados exclusivamente por trabalhadores empregados em determinadas empresas. No que diz respeito ao processo de gerenciamento de empresas, se olharmos por trás das cortinas ideológicas abertas pela LCY, as empresas eram gerenciadas por gerentes e não por trabalhadores. Os gerentes estavam sujeitos ao controle do partido e eram instruídos a buscar lucros. Eles também estavam sujeitos ao controle por meio do governo local, bancos, câmaras industriais, associações profissionais e organizações de jovens. Mesmo quando a liderança iugoslava denunciou a União Soviética por sua burocracia e a marcou como um dos maiores inimigos do desenvolvimento socialista em quase todos os textos, a burocracia na Iugoslávia

¹⁶ Em 1952, o Partido Comunista da Iugoslávia passou a se chamar Liga dos Comunistas da Iugoslávia. O motivo da mudança do nome do partido foi a ideia de Tito de que no socialismo não havia necessidade de um partido comunista, já que o "povo trabalhador" controlava o Estado. Uma vez que o "povo trabalhador" controlava o Estado, o Partido Comunista havia cumprido sua tarefa histórica. Além disso, os PCs eram partidos de vanguarda do proletariado, enquanto o "povo trabalhador" não era apenas proletário, mas também artesãos, camponeses etc. - todos eles deveriam participar da construção da sociedade iugoslava.

floresceu com o "novo curso". A eleição do conselho de trabalhadores para o comitê de direção não passava de mera formalidade e, embora no papel a liderança iugoslava pedisse a participação dos trabalhadores nos comitês de direção, na prática, os comitês de direção foram profissionalizados, empregando apenas advogados e economistas com formação universitária, o que criou maiores diferenças entre trabalhadores e gerentes. As relações hierárquicas nas produções ainda permaneciam. Inicialmente, as diferenças salariais entre gerentes e trabalhadores eram de 1:3,5, mas a partir de 1967 aumentaram para 1:20. Apesar de tudo isso, Michael Lebowitz permaneceu um fã da autogestão¹⁷.

Gostaria de citar um trabalhador de uma fábrica metalúrgica autogerida do norte da Croácia que entrevistei a respeito de uma luta da qual ele e seus colegas de trabalho participaram. Quando perguntei a ele sobre as relações de poder entre o diretor e o conselho de trabalhadores durante a Iugoslávia socialista, ele respondeu:

"Em termos de gerenciamento, havia um conselho de trabalhadores. Os membros do conselho de trabalhadores eram eleitos pela lista, e tudo estava de acordo com os ditames da LCY, e cada unidade de trabalho tinha sua filial. A Liga apresentava sugestões, o que significava que ninguém tinha permissão para protestar contra elas. Lembro-me de que, em 1987, fui o primeiro a protestar na frente dos trabalhadores contra o fato de a Liga tomar decisões sobre quem nos representaria no conselho de trabalhadores ou no conselho central de trabalhadores (...) Parece que os trabalhadores gostaram do meu protesto e me elegeram para o nosso conselho de trabalhadores, porque eu não era membro da Liga, que até então era a única pessoa elegível. Os trabalhadores foram motivados por essa minha declaração como uma espécie de rebelião contra o regime ou sabe-se lá o quê, então eles me elegeram e a gerência teve de aceitar isso. Essa foi a primeira vez que os trabalhadores escolheram quem os representaria [nessa fábrica]. Foi apresentado aos trabalhadores que eles estavam gerenciando, mas eles não o fizeram. (...) O diretor era, é claro, o Deus - a lei, e você não podia chegar até o diretor para reclamar, porque a pirâmide era estruturada dessa forma. Você só podia ver o diretor se o motorista dele passasse por você, mas, fora isso, eles eram deuses." (ITAS 2012a).

Tudo isso foi resumido por Susan Woodward:

¹⁷ Lebowitz argumenta que, enquanto o partido estava impondo diretores, os conselhos de trabalhadores tinham certa autonomia para aceitar ou rejeitar diretores, e eles a utilizavam. Ele também apontou para outros órgãos envolvidos na administração de empresas, como conselhos de oficinas e comissões especiais, afirmando que certas pesquisas mostraram que um terço dos trabalhadores da empresa participava de um dos conselhos ou comissões, que as pessoas costumavam fazer rodízio em suas funções e que as funções eram limitadas a mandatos de dois anos (Lebowitz 2004).

"um dos principais objetivos da introdução dos conselhos de trabalhadores em 1949-50 era privar os sindicatos de seu poder de negociação (...) Os representantes eleitos dos trabalhadores qualificados da produção deveriam ser consultados pelos gerentes sobre como reduzir os custos de mão de obra. O objetivo era fazer com que os trabalhadores aceitassem limites de salários e benefícios dentro da receita líquida da empresa, aprovassem o investimento de capital mesmo que ele reduzisse a renda e sancionassem a demissão de trabalhadores quando exigido por orçamentos ou programas de modernização. A essência da autogestão (...) era essa tentativa de impor políticas de renda e disciplina financeira sem o envolvimento do Estado ou regulamentação central" (Woodward 1995:261).

A LCY, a fim de impor um melhor controle sobre as empresas, com o tempo evoluiu para uma organização de gerentes e tecnocratas. Isso fez com que os trabalhadores ficassem realmente céticos em relação à adesão ao partido. Em 1960, metade da Liga era composta por burocratas, enquanto os membros da classe trabalhadora eram apenas um terço.

Introduzida em 1952, a autogestão foi seguida por um crescimento extremamente rápido e um aumento dos padrões de vida. Entre 1954 e 1964, o PIB aumentou quase 9% ao ano, o que colocou a Iugoslávia entre as economias de crescimento mais rápido do mundo (Lindblom 1977:342). Mas o que estava por trás desse rápido crescimento? Foi um rápido aumento nos meios de produção que não foi seguido por um aumento nos meios de consumo. Poderíamos comparar a extensão desse crescimento com a URSS durante a Nova Política Econômica (1921-1928). A partir da década de 60, a Iugoslávia estava totalmente aberta aos mercados ocidentais e fez vários acordos comerciais. Também é importante observar que a descentralização iugoslava foi altamente apoiada pelo Fundo Monetário Internacional (Musić 2010:180).

Um dos grandes problemas da economia iugoslava era o desemprego. Em 1965, o desemprego na Iugoslávia era de 8,8%, o que representava cerca de 326.000 trabalhadores. Para resolver esse problema, a liderança iugoslava permitiu que os trabalhadores emigrassem para a Europa Ocidental, principalmente para a Alemanha Ocidental, que tinha escassez de mão de obra.

A década de 60 marcou a crise do "socialismo iugoslavo". Até 1972, houve grandes lutas dentro da Iugoslávia e ataques ao regime de Tito. O regime foi atacado por diferentes frentes. Por exemplo, inspirados pelos movimentos revolucionários mundiais de 1968 e pelos escritos do grupo *Praxis*, os estudantes iugoslavos negaram a natureza

comunista da Iugoslávia e exigiram o "comunismo total"; em Kosovo, os albaneses exigiram ser tratados como uma "nação"¹⁸ e exigiram que Kosovo fosse reconhecido como uma república iugoslava, em vez de uma província; na Croácia, os anos 70 foram marcados por um movimento nacionalista da "primavera croata" que exigia mais liberalização e que mais lucros ficassem na Croácia, ou seja, na república em vez de no nível federal, na república em vez de no nível federal. Após esses eventos, o partido foi limpo de nacionalistas, liberais e, mais importante, de sua esquerda. A Constituição de 1974 reconheceu as repúblicas como o principal órgão de discussão e negociação política e econômica dentro da Iugoslávia. Isso significa que, embora retoricamente a Constituição tenha feito algumas mudanças em favor da "verdadeira autogestão dos trabalhadores", os nacionalistas-liberais obtiveram uma grande vitória em sua batalha por uma maior liberalização política do país. O que é realmente importante é que os sindicatos e os conselhos de trabalhadores, especialmente nesses tempos de grande crise na Iugoslávia, sempre estiveram do lado dos nacionalistas liberais que defendiam a liberalização do mercado. Eles fizeram isso porque eram céticos em relação aos burocratas e diretores da LCY com os quais tinham de lidar no dia a dia de suas empresas e às tentativas deles de reduzir seus direitos e salários. Enquanto os nacionalistas liberais promoviam ideias de eficiência de mercado com a máxima "a cada um de acordo com o seu trabalho" (Musić, 2010:185), os trabalhadores acreditavam que, ao dar maior autonomia econômica às repúblicas e com maior lucro permanecendo em sua república, seus salários aumentariam.

1980 foi um ano essencial para a Iugoslávia. Não apenas por causa da crise mundial do petróleo, mas também pela morte do Marechal Tito. Já em 1981, o governo iugoslavo estava à beira da falência com uma dívida de mais de 20 milhões de dólares (Musić 2010:187). Isso levou a "programas de estabilização" que aumentaram a competitividade no mercado mundial, mas também levaram a um declínio de 30% nos salários. Considerando os "programas de estabilização", é importante observar que, entre 1979 e 1988, a Iugoslávia assinou seis acordos com o FMI, que mais tarde exigiram medidas de austeridade, redução de salários, queda na produção e nos padrões

¹⁸ Na Iugoslávia, no que diz respeito à questão nacional, a ideologia de "irmandade e unidade" e "sem minoria, sem maioria" prevaleceu até seus últimos dias. Por trás dessa política havia uma divisão em "nações" e "nacionalidades". As "nações" eram eslovenos, croatas, bósnios, sérvios, montenegrinos e macedônios, ou seja, as "nações" tinham suas próprias repúblicas. As "nacionalidades" eram, na verdade, minorias nacionais e étnicas, como albaneses, tchecos, húngaros, alemães, italianos, búlgaros, turcos etc. Os albaneses de Kosovo eram, na verdade, uma "minorias" realmente grande, e é por isso que eles sempre exigiram que Kosovo se tornasse uma república, em vez de ser uma "província autônoma".

de vida (Lončar 2012:12). Em 1988, a Iugoslávia conseguiu recuperar o padrão da década de 1960, mas a crise do sistema ainda era enorme. Em uma economia orientada para a eficiência em vez de para a satisfação das necessidades humanas, a elite iugoslava viu uma saída para a crise apenas na demissão de dois milhões de trabalhadores, enquanto a Iugoslávia já tinha um milhão de desempregados. Como a elite nunca havia tomado medidas tão drásticas antes, a crise causou insurgência industrial. Em 1980, houve 247 greves registradas com a participação de 13.507 trabalhadores, enquanto oito anos depois, em 1988, o número de greves registradas subiu para 1.851 com a participação de 386.123 trabalhadores. Essas greves não foram apenas produtos de lutas econômicas, mas também políticas, em que os trabalhadores eram novamente aliados dos nacionalistas liberais que exigiam a liberalização do sistema econômico e político. A liberalização do sistema político e, consequentemente, o abandono do princípio "nenhuma minoria, nenhuma maioria", juntamente com a demanda por maior autonomia econômica das repúblicas, levou à desintegração e, finalmente, ao colapso da Iugoslávia.

ENTÃO, POR QUE O CAPITALISMO?

Afirmar que a economia iugoslava não passava de capitalismo não é nada novo. Os stalinistas de todo o mundo estavam afirmando isso desde que Tito e Stalin romperam em 1948. Um dos textos mais populares sobre esse assunto é, sem dúvida, *Is Yugoslavia A Socialist Country* (1963), escrito pelos departamentos editoriais dos jornais chineses *People's Daily* e *Red Flag* em 1963, depois que a União Soviética de Nikita Khrushchev passou a adotar uma política mais amigável em relação à Iugoslávia. Os stalinistas chineses escreveram que: "todos os marxistas-leninistas afirmam que a Iugoslávia não é um país socialista. A camarilha dirigente da Liga dos Comunistas da Iugoslávia traiu o marxismo-leninismo e o povo iugoslavo e é formada por renegados do movimento comunista internacional e lacaios do imperialismo" (*Diário do Povo; Bandeira Vermelha* 1963:1). Embora esse texto seja direcionado principalmente à virada soviética na política e ao fato de Khrushchev chamar a Iugoslávia de "país socialista 'avançado'" (PD; RF 1963:2), o que torna a Iugoslávia capitalista pode ser resumido na existência de propriedade privada e no abandono da coletivização agrícola, na dependência iugoslava dos empréstimos dos EUA e no imperialismo dos EUA em geral. Embora essas acusações façam sentido e certamente sejam reflexos da natureza capitalista da Iugoslávia, elas representam uma crítica fraca e superficial, cujo único objetivo era defender o stalinismo como ideologia política, mas também, o que é mais

importante, como práxis política. Nesta análise, pretendo apresentar uma crítica mais fundamental do capitalismo iugoslavo, uma crítica que também incluirá outros regimes stalinistas.

Em relação às justificativas ideológicas das realidades econômicas iugoslavas, os comunistas iugoslavos afirmavam que a "lei do valor era uma 'lei econômica objetiva', que influenciava as sociedades socialistas tanto quanto as capitalistas" (Musić 2010:176). De acordo com eles, toda ação contra a lei do valor leva ao burocratismo. Consequentemente, eles acreditavam que o mercado desempenhava um papel essencial na "distribuição socialista", uma vez que "a troca por meio do mercado, fundamentada na lei do valor, juntamente com a propriedade coletiva (...) fornecia o único critério objetivo para a distribuição socialista" (Musić 2010:177). Por causa da "propriedade social", o trabalhador não é mais aquele que recebe um salário do Estado, mas faz parte da empresa para a qual trabalha. Podemos encontrar essas ideias sistematicamente desenvolvidas nos trabalhos do economista croata Branko Horvat, que é considerado, embora tenha expressado fortes discordâncias com o desenvolvimento da Iugoslávia após a década de 1970, um dos mais importantes teóricos econômicos da autogestão e do socialismo de mercado. Em seu livro *ABC jugoslavenskog samoupravljanja* (eng. *ABC of Yugoslav Self-Management*, 1989)¹⁹, ele criticou a Iugoslávia por ser "muito estatista" e propôs soluções para que a Iugoslávia chegasse ao socialismo. De acordo com Horvat, o estatismo, ou "stalinismo", baseia-se no monopólio do poder político e, nesses sistemas, a exploração de classe ocorre principalmente por meios políticos, ao contrário do capitalismo, em que esse poder se baseia na propriedade privada e a exploração de classe é principalmente econômica. Sua solução é o socialismo, que ele define como:

"ordem na qual a concentração de poder econômico e político é abolida e a possibilidade de abolir a exploração econômica é criada. Nesse sentido, o socialismo é uma sociedade de cidadãos iguais. Em um sentido institucional, significa propriedade social, um mercado controlado por um plano e um sistema político sem o partido, ou seja, democracia política e econômica radical e divisão de acordo com o trabalho" (Horvat 1989:12).

¹⁹ *ABC of Yugoslav Self-Management* é um livro que Horvat pensou como um breve relato sobre a Iugoslávia para os iugoslavos como parte de seu estudo maior *Political Economy of Socialism* (1983) publicado em inglês. *Political Economy of Socialism* é provavelmente o livro mais importante quando se discute o socialismo de mercado.

Para Horvat, o socialismo não pode existir sem a autogestão. Para que a autogestão exista, o mercado, a produção de mercadorias, a divisão do trabalho, a lei do valor etc. devem existir ou, como ele diz sem qualquer tentativa de argumentação, o "[mercado] é necessário porque sem mercado não há autogestão e sem autogestão não há socialismo" (Horvat 1989:16). Ao discutir o "mercado socialista", ele afirma que "a produção de mercadorias não está criando o capitalismo, mas o contrário" (Horvat 1989:15) e como "cada formação socioeconômica teve seu próprio tipo de mercado que gerou as relações socioeconômicas dessa formação" (Horvat 1989:16). De acordo com ele, não devemos nos perguntar se devemos abolir o mercado, como faziam os antigos marxistas com "visões ingênuas", mas que tipo de mercado se encaixa no socialismo. Na autogestão, uma das coisas mais importantes é a autonomia dos coletivos de trabalhadores. O mercado é realmente importante porque é uma "ferramenta" contra o monopólio, pois a concorrência saudável do mercado o destrói. Ainda assim, a concorrência de mercado produz uma certa alienação, que Horvat vê como um resultado negativo, mas inevitável, de um sistema de mercado. Outra ideia "ingênuas" e "infantil" é abolir o mercado de trabalho. No socialismo, a força de trabalho é um insumo econômico e os trabalhadores "associam seu trabalho onde ele é mais produtivo, ou seja, onde está a maior renda" (Horvat 1989:17). "Para que o mercado funcione, a instituição da propriedade é necessária, pois o propósito básico dessa instituição é regular o mercado de valores econômicos" (Horvat, 1989, p. 38). A propriedade social é uma forma de propriedade necessária para o socialismo. Horvat escreve que há três razões pelas quais a propriedade social não explora a classe trabalhadora. Primeiro, "todo membro da sociedade tem pleno direito ao trabalho" (Horvat, 1989, p. 29). Segundo, "todo membro da sociedade tem pleno direito de competir por qualquer local de trabalho de acordo com suas capacidades e qualificações" (Horvat, 1989, p. 29). E, por fim, "todo membro da sociedade tem o direito de participar da gestão da produção" (Horvat, 1989, p. 29). Além disso, a propriedade social implica uma divisão de acordo com o trabalho, em que a renda pertence à sociedade e um indivíduo só pode se apropriar da renda do trabalho. O trabalhador está trocando o fruto de seu trabalho com a sociedade por produtos com o mesmo valor dos produtos que ele usou para produzir esse trabalho. O mercado é o mecanismo que classifica a contribuição do trabalho dos indivíduos. Mas, embora um sistema socialista autogerenciável se baseie na propriedade social, ele não exclui outras formas de propriedade, como a propriedade privada, a parceria, a propriedade cooperativa, a organização contratual do trabalho associado e a

propriedade comunal e estatal (Horvat, 1989, p. 29). É claro que o lucro não é algo estranho ao socialismo, pois enquanto o sistema capitalista tende a maximizar os lucros, um sistema socialista usa o lucro para satisfazer as necessidades de seus cidadãos. "Como categoria social, o lucro é, da mesma forma que um mercado, definido pelo sistema socioeconômico. Analisando-o analiticamente, o lucro, ou a renda, é simplesmente a diferença entre a renda e as despesas, o valor da produção e seus custos" e "as necessidades podem ser satisfeitas ao máximo somente com a maximização da produção" (Horvat 1989:17). A máxima de Horvat é "maximização da democracia com maximização da eficiência" (Horvat 1989:21), ou seja, é necessário tomar decisões de forma democrática para evitar sabotagem e menor produtividade. Ele está aplicando uma definição liberal de democracia, segundo a qual a democracia é a tomada de decisões pela maioria, mas com o "reconhecimento dos direitos das minorias" (Horvat 1989:21).

A diferença entre uma "economia capitalista liberal" e o socialismo autogestionário está na existência de um plano social. O plano tem quatro funções: é um instrumento de previsão (sua função é tornar os movimentos mais econômicos acessíveis aos produtores); é um instrumento de coordenação de decisões econômicas (ele estabelece diretrizes apenas para empresas estatais, enquanto as demais podem simplesmente segui-lo como uma direção econômica); é um instrumento para a direção do crescimento econômico e é um compromisso para o órgão que o fez e é uma diretriz para todos os seus órgãos. O Plano acrescenta cooperação e solidariedade à economia de mercado, limitando as funções destrutivas dos mercados. Não é de se admirar que Ernest Mandel tenha escrito que Horvat "é muito mais um adepto da escola de Cambridge de economia do bem-estar do que um marxista" (Mandel 1967).

Mas vamos comparar as posições oficiais da ideologia econômica iugoslava, que certamente não são nada novas, com as ideias oficiais soviéticas sobre o socialismo na prática econômica. Em seu texto "Problemas econômicos do socialismo na URSS" (1952), que na verdade era um esboço para um livro didático de economia soviética, Stálin debate com alguns "camaradas" que não compartilham de suas opiniões sobre determinadas leis e soluções econômicas. Nesse texto, Stalin afirma que a fórmula de Engels do *Anti-Dühring*, segundo a qual "no momento em que a sociedade toma em suas mãos os meios de produção, ela abole a produção de mercadorias e, com isso, o domínio dos produtos sobre os produtores" (Engels in Stalin 1981:707), juntamente com a abolição de certas leis econômicas, não pode ser aplicada à União Soviética, porque

ela não havia desenvolvido as capacidades industriais para a "produção socialista". Essa é a principal razão pela qual as leis econômicas do capitalismo, que Stalin, assim como Horvat, está tentando apresentar como leis universais de todas as economias, ainda existem na União Soviética. Uma dessas leis é a lei da produção de mercadorias, que não deveria, segundo Stalin, estar ligada à produção capitalista e que não pode ser abolida.

"A produção capitalista é a forma mais elevada de produção de mercadorias. A produção de mercadorias leva ao capitalismo somente se houver propriedade privada dos meios de produção, se a força de trabalho aparecer no mercado como uma mercadoria que pode ser comprada pelo capitalista e explorada no processo de produção e se, conseqüentemente, o sistema de exploração dos trabalhadores assalariados pelos capitalistas existir no país. A produção capitalista começa quando os meios de produção estão concentrados em mãos privadas e quando os trabalhadores são privados dos meios de produção e obrigados a vender sua força de trabalho como mercadoria. Sem isso, não existe produção capitalista." (Stalin 1981:710)

Além disso, uma vez que a produção de mercadorias existe, a lei do valor também deve existir, porque, como diz Stalin: "onde quer que existam mercadorias e produção de mercadorias, ali também deve existir a lei do valor. (...) Ela existia antes do capitalismo e ainda existe, como produção de mercadorias, após o colapso do capitalismo..." (Stalin, 1981:713,727). No socialismo, entretanto, a lei do valor é limitada pela propriedade "social" dos meios de produção e pelo planejamento social da economia. A lei do valor é, antes de tudo, uma lei básica da produção de mercadorias. A diferença entre a produção capitalista e a socialista de mercadorias é que "o capitalismo monopolista não exige nenhum lucro, mas o lucro máximo" (Stalin, 1981, p. 728), enquanto a lei socialista do valor é definida por "assegurar a satisfação máxima das necessidades materiais e culturais em constante crescimento de toda a sociedade por meio do crescimento contínuo e do aperfeiçoamento da produção socialista" (Stalin, 1981, p. 729).

O objetivo de usar Stalin aqui não é chamar a atenção para o mais notório bicho-papão liberal, mas justamente o contrário - mostrar a influência da economia burguesa do capitalismo nos sistemas soviético e iugoslavo e em suas ideologias. Em ambos os casos, enfrentamos o revisionismo dos conceitos e das ideias básicas de Marx porque, se olharmos para a análise de Marx, concluiríamos rapidamente que ambos os sistemas eram capitalistas. Ou poderíamos comentar, usando um pouco da sagacidade

de Marx, sobre o relato de Proudhon, que se encaixa tão bem nesse caso: "Podemos, portanto, ficar surpresos com a esperteza de Proudhon, que aboliria a propriedade capitalista ao impor as leis eternas da propriedade que se baseiam na produção de mercadorias" (Marx 1947:516). Ao iniciar uma discussão sobre a natureza de classe tanto da União Soviética quanto - o que é mais importante, pelo menos para este artigo - da Iugoslávia (se era uma sociedade socialista ou capitalista), também é necessário comentar certas declarações que vêm do "campo marxista" sobre como não é possível usar a análise marxista ao analisar esses sistemas. Em seu livro *Marxian Concept of Capital and Soviet Experience* (1994), Paresh Chattopadhyay faz uma retrospectiva dos comentários de teóricos como Louis Althusser, Paul Sweezy, John Roemer e Charles Bettelheim. Esses teóricos, à sua maneira, tentaram contestar a possibilidade de uma crítica marxista à União Soviética e a regimes semelhantes. Além de insistir na divisão entre o "marxismo de Marx" e o "marxismo de Lênin", como disse Raya Dunayevskaya, ou seja, a diferença entre a doutrina de Marx e a realidade do Bloco Oriental, Chattopadhyay ressalta que o método de Marx é bastante aplicável na realização dessa análise. Marx considerava seu método como dialético. O principal critério na caracterização de uma determinada economia, de acordo com esse método, é uma análise das relações sociais na produção - como o trabalho excedente é "bombeado para fora" dos produtores imediatos. É comum usar a retórica da Guerra Fria sobre a divisão do mundo em "comunista" e "capitalista", mas se aplicarmos o critério de Marx para a análise das relações sociais na produção, não temos motivos para acreditar que o "capitalismo ocidental" representa a única forma de produção capitalista. Muito pelo contrário, "quaisquer que sejam as diferentes formas de manifestação de uma economia, se ela se baseia na separação dos trabalhadores das condições de trabalho, tornando o trabalho necessariamente assalariado, então a economia em questão é capitalista" (Chattopadhyay, 1994, p. 6). Além disso, ao contrário de Roemer, e de muitos outros, que afirmam que a propriedade "social", ou seja, estatal, dos meios de produção implica o socialismo, quando Marx fala sobre a abolição da propriedade privada, ele está falando sobre a abolição da *propriedade de classe*, em vez da propriedade individual. Não há nenhuma insinuação nos textos de Marx de que, no caso da propriedade "social", a exploração seja eliminada. A exploração existirá enquanto houver capital, e o capital pode existir sob propriedade privada e "social". Essa visão também é compartilhada por Raya Dunayevskaya, que observa que, no caso da propriedade "social", é importante afirmar que os meios de produção são o capital e que o trabalho

dos trabalhadores ainda é alienado deles na forma de mercadorias e serviços que estão disponíveis para a burocracia. Ela conclui que "o governo soviético ocupa, em relação a todo o sistema econômico, a posição que um capitalista ocupa em relação a uma única empresa" (Dunayevskaya, 1941). A burocracia não criou nenhum novo modo social de produção - ela apenas continuou a reproduzir as relações de classe capitalistas.

Chattopadhyay também chama nossa atenção para o conceito de capital de Marx e sua existência dupla - em um sentido jurídico e econômico. Quando falamos da existência econômica do capital, estamos falando de relações sociais de produção baseadas na separação do trabalho das condições de trabalho que vinculam o trabalho assalariado ao capital. A existência econômica do capital tem dois sub-momentos: uma realidade essencial, em que o capital é uma totalidade social, e uma realidade fenomênica, em que o capital existe como capitais individuais mutuamente autônomos, ou seja, fragmentos do capital como totalidade social. Quando estamos falando da existência jurídica do capital, ela está ligada às relações de propriedade do capital. O capital é aqui definido negativamente, como não-propriedade dos trabalhadores, ou seja, a propriedade privada de uma *classe*. Esse é um significado fundamental de propriedade privada para Marx, embora a jurisprudência não o reconheça dessa forma. O que a jurisprudência reconhece como propriedade privada é a propriedade privada *individual*, como uma forma específica de propriedade privada da *classe capitalista*. A propriedade privada em seu primeiro sentido, de classe, existe enquanto o capital existir.

Vamos analisar a Iugoslávia mais a fundo. O trabalho assalariado existia na Iugoslávia? Certamente que sim. Os trabalhadores estavam bem cientes do fato de que trabalhavam por salários, que outra pessoa estava recebendo o trabalho excedente que eles produziam e que todo o sistema se baseava no trabalho assalariado. Eles também estavam bem cientes da hierarquia no local de trabalho e das diferenças salariais entre eles e a gerência e, no final, eles se viam como assalariados. Eles também sabiam que em outros países capitalistas, como a Alemanha Ocidental, para onde a maioria dos trabalhadores iugoslavos imigrou para trabalhar, os trabalhadores ganhavam mais do que na Iugoslávia. Se levarmos isso em conta, não é tão surpreendente que os trabalhadores tenham apoiado frações liberais na LCY que queriam transformar a economia iugoslava em uma imagem do Ocidente. Ao reconhecer que o trabalho assalariado existia na Iugoslávia e concluir que a classe trabalhadora trabalhava por salários, temos que fazer a pergunta: para quem eles trabalhavam? Quem pagava os salários aos trabalhadores? Se nos fizermos essa pergunta, estaremos presumindo que a

Iugoslávia era uma sociedade de classes. É claro que essa é a verdade. A classe dominante iugoslava veio da tecnocracia e de outros burocratas que constituíam o núcleo da LCY. Muitos esquerdistas diriam que não podemos falar de uma classe dominante iugoslava porque não havia propriedade privada sobre os meios de produção. Bem, eles estão completamente errados porque a propriedade privada, como propriedade de classe, existia na Iugoslávia sob o nome de propriedade social. A classe dominante administrava essa propriedade em nome do "povo trabalhador" e se apropriava de sua mais-valia. Quando se trata de formas de propriedade privada, a Iugoslávia é muito mais fácil de analisar do que a União Soviética, porque sua natureza capitalista é bastante fácil de perceber. Na Iugoslávia, existiam diferentes formas de propriedade privada, desde a propriedade social até a propriedade privada individual em pequenas empresas, passando pela propriedade conjunta com corporações multinacionais, propriedade cooperativa na agricultura, etc.

O que torna a Iugoslávia mais fácil de analisar é sua dependência do mercado global e dos movimentos de capital. Como qualquer outro país capitalista, a Iugoslávia foi fortemente afetada por diferentes crises capitalistas (como a crise do petróleo) e, especialmente no final dos anos 80, a classe dominante iugoslava respondeu à crise da mesma forma que outras burguesias nacionais do Ocidente: com medidas de austeridade, demissões, privatizações e maiores liberalizações do mercado. Como a Iugoslávia não fazia parte do Bloco Oriental, ela precisava ter conexões mais profundas com o Ocidente, não apenas por causa da proteção militar no caso de uma possível intervenção soviética (por exemplo, no início dos anos 50), mas principalmente porque é impossível ter uma economia autossuficiente no capitalismo. É por isso que a Iugoslávia participou do mercado mundial de forma plena, como qualquer outro país capitalista.

Se tivermos um sistema de classes, mais cedo ou mais tarde haverá lutas de classes. Na Iugoslávia, não faltaram lutas dos trabalhadores que, em sua maioria, eram lutas econômicas por melhores salários e condições de trabalho. Embora algumas lutas no local de trabalho, especialmente após os anos 70, estivessem ligadas ao apoio da burguesia e exigissem mais liberalização econômica ou outros objetivos nacionalistas que beneficiariam sua posição, as lutas dos trabalhadores na Iugoslávia não deveriam ser reduzidas a isso. Muitas das lutas no local de trabalho foram motivadas porque os trabalhadores queriam ter um papel mais importante na gestão da empresa, especialmente no que se refere aos salários, ou porque a gerência tentou reduzir os

salários dos trabalhadores para "salvar a pele". Aqui, mais uma vez, é importante dizer que, em todas as ações industriais, os trabalhadores tinham de contar com eles mesmos e com greves selvagens, porque os sindicatos faziam parte da máquina estatal. Os sindicatos na Iugoslávia foram concebidos como instituições onde a ideologia oficial era apresentada aos trabalhadores e por meio das quais o partido podia controlar os locais de trabalho. Em outras palavras, os sindicatos tinham as mesmas funções que têm em outros países capitalistas ou nos atuais países da ex-Iugoslávia, ou em qualquer lugar do mundo. Os conselhos de trabalhadores também tinham funções semelhantes. Como a LCY indicou os gerentes e até mesmo os trabalhadores que poderiam participar dos conselhos, é bastante óbvio que eles tentaram controlá-los o máximo possível.

Normalmente, quando os esquerdistas, em seus estudos, reconhecem certos erros ou omissões da autogestão iugoslava, acabam concluindo que precisamos da "verdadeira autogestão" que marcaria uma transformação bem-sucedida do capitalismo para o socialismo. A autogestão iugoslava sempre serve, se não como inspiração, pelo menos como um dos maiores exemplos de autogestão na prática. Podemos ver isso nos trabalhos de Lebowitz, Kovacs, mas também em alguns dos trabalhos sobre democracia econômica e democracia direta que foram produtos dos movimentos estudantis ou Occupy de 2009 em diante. Essas posições também foram defendidas na Iugoslávia em certa época. Os intelectuais do grupo *Praxis*, embora criticassem a Iugoslávia, nunca rejeitaram a autogestão como um conceito. Para Rudi Supek, o conceito de autogestão não está errado porque "... o homem-produtor tem o direito de decidir sobre os resultados de seu trabalho, (...) o Estado não aliena e dispõe arbitrariamente do trabalho excedente criado pela classe trabalhadora (...) todos os trabalhadores têm o direito real de gerenciar as organizações de trabalho em que trabalham" (Supek 1971:351). Para ele, a autogestão é o único modelo que pode ser usado nos países ocidentais desenvolvidos - é um equilíbrio entre o maximalismo e o estatismo; é aceito pela intelligentsia marxista e por acadêmicos de todo o mundo; é a conclusão lógica das ofensivas da classe trabalhadora nos países ocidentais e a conclusão lógica da democratização das condições de produção e da chance de a classe trabalhadora obter direitos de gestão mais elevados (Supek 1971:348-350). Ele acusa a liderança iugoslava de sufocar a autogestão com uma economia de mercado e relações capitalistas, por ser proudhonista, e aqui ele se envolve em uma discussão acadêmica sobre as influências proudhonistas na economia iugoslava. Mas atacar o modelo iugoslavo por ser proudhonista e, ao mesmo tempo, defender a ideia da autogestão "real" é um oxímoro. A ideia da evolução

gradual do capitalismo para o socialismo por meio de redes de cooperativas e empresas de trabalhadores autogerenciadas não é a essência do proudhonismo? O proudhonismo é essencialmente a ideia de "socialismo em um local de trabalho", uma ideia que propõe uma "solução" local para um problema global. Na verdade, podemos aplicar alguns aspectos da antiga crítica marxista do proudhonismo à autogestão iugoslava. O sistema de Proudhon baseava-se na troca individual, no mercado e no livre arbítrio do comprador e do vendedor acima de tudo. Em sua crítica a Proudhon, *A Pobreza da Filosofia*, Marx analisou como esse sistema não é nada além de uma apologia e preservação da economia burguesa. Mas, como observa Amadeo Bordiga, essa troca individual leva à troca entre fábricas, oficinas e empresas administradas por trabalhadores, e é apresentado como objetivo do socialismo que a fábrica seja administrada por trabalhadores locais.

A ideia da autogestão dos trabalhadores nunca fez parte da tradição marxista, muito pelo contrário, foi uma ideologia de várias correntes reformistas dentro do movimento dos trabalhadores, desde o anarquismo, o bernsteinismo e o sindicalismo até a "nova esquerda". É claro que, por trás da rejeição marxista da autogestão dos trabalhadores, está a análise materialista de Marx sobre a primeira, em vez de "dogmatismo" ou "catecismo", como os "críticos" do marxismo gostam de apontar o tempo todo. Como Marx disse uma vez, e Engels e Lênin repetiram tantas vezes: a revolução não é uma questão de formas de organização. Portanto, colocar a forma acima do conteúdo, fetichizar uma determinada forma enquanto negligencia seu conteúdo, é um dos erros mais perigosos, porém clássicos, que os esquerdistas cometem.

A ideologia da autogestão baseia-se na ideia de "força que luta contra o poder constituído e afirma sua autonomia rompendo todos os vínculos com o Estado central e, às vezes, como uma forma que administra uma nova economia" (Bordiga, 1957). No caso dos socialistas utópicos, a ideia era construir "comunas revolucionárias" que mais tarde se espalhariam por toda a sociedade, enquanto no caso da Iugoslávia, a ideia era estabelecer uma nova interpretação do marxismo-leninismo e um novo caminho para o comunismo que, em sua oposição ao Estado central e à burocracia soviéticos, acabaria em uma descentralização da sociedade mascarada sob o "definhamento do Estado". É claro que essa descentralização, em um sentido econômico e jurídico, foi marcada pela liberalização e pela ideologia de mercado, porque não havia outro mecanismo a ser utilizado, enquanto o poder político e econômico real ainda estava concentrado, como em qualquer outra sociedade de classes, nas mãos de sua classe dominante. Muitos

esquerdistas daqui, como o grupo *Praxis*, embora apontem os erros e defeitos da autogestão iugoslava, ainda defendem "a verdadeira autogestão", que se baseia na autonomia real dos produtores e na qual os trabalhadores realmente gerenciam a produção e seus locais de trabalho. Mas a resposta para o problema do capitalismo nunca foi uma maior "autonomia" da classe trabalhadora por meio de conselhos de trabalhadores e gerenciamento da produção. O problema com os conselhos de trabalhadores é muito parecido com o dos sindicatos comerciais ou industriais, que são marcados por restrições de base ao lidar com problemas de um pequeno setor de produção, apresentados em uma única empresa, em vez da sociedade como um todo. Portanto, não podemos esperar que as mudanças em locais de trabalho individuais, gerenciadas por conselhos de trabalhadores, nos levem a um "último estágio" ou ao comunismo. A sociedade comunista não é marcada pelo controle dos trabalhadores, pela gestão dos trabalhadores ou pela concessão de poder aos produtores. Na sociedade comunista, não há mais produtores ou não-produtores, pois não há classes. O objetivo do comunismo é o desaparecimento do proletariado como classe, juntamente com o sistema salarial, a troca e, no final, as empresas individuais. "Não haverá nada para controlar e gerenciar e ninguém de quem exigir autonomia" (Bordiga 1957). Ou, nas palavras de Marx:

"Em uma sociedade futura, na qual o antagonismo de classes teria cessado, na qual não haveria mais classes, o uso não seria mais determinado pelo tempo mínimo de produção; mas o tempo social de produção dedicado a diferentes artigos seria determinado pelo grau de sua utilidade social." (Marx 1959:52)

Um dos grandes problemas da ideia de autogestão é reduzir o conflito histórico do nível nacional para o local, comunal ou do local de trabalho, em vez de estendê-lo para uma escala internacional - para o problema do sistema capitalista como um todo. Nesse momento, podemos ver que toda a ideia de autogestão retorna constantemente à sua forma ideal de "comuna autônoma", a primeira forma capitalista do final da Idade Média. Embora nos círculos marxistas o termo "pequeno-burguês" seja usado com muita frequência como insulto ou denúncia em discussões ideológicas mesquinhas, no caso da autogestão esse termo combina muito bem com sua natureza de classe. A autogestão é uma ideologia dos autônomos, artesãos e camponeses que desejam um sistema de mercado sem monopólio no qual possam competir livremente. É claro que, no caso da Iugoslávia, havia monopólios bastante óbvios e o mercado não era tão "livre" quanto alguns gostariam. Além disso, a mudança de nome da CPY para LCY não foi

acidental. Sua essência é o movimento do foco da "classe" para o "povo", ou seja, a desclassificação da classe trabalhadora na confusão do termo "povo", o que criou desculpas ideológicas para a existência de classes, sociedade de classes, mas também para o aumento do nacionalismo. Em suma, é realmente interessante como, ao contrário da maioria da esquerda atual, o economista neoclássico de ultradireita Ludwig von Mises acertou em cheio em sua análise, é claro que à sua maneira:

"O estado organizado sindicalisticamente não seria um estado socialista, mas um estado de capitalismo operário, uma vez que os grupos de trabalhadores individuais seriam proprietários do capital. O sindicalismo impossibilitaria toda a reformulação da produção; ele não deixa espaço livre para o progresso econômico. Em todo o seu caráter intelectual, ele se adequa à era dos camponeses e artesãos, na qual as relações econômicas são bastante estacionárias." (von Mises 1983:199)

CONCLUSÃO

A Iugoslávia era uma sociedade capitalista. Como já observei, não podemos analisar um sistema econômico aceitando suas proclamações ou documentos, mas sim as relações materialistas na produção. Os sistemas capitalistas são marcados pela existência de relações de classe na produção, salário, troca, produção de mercadorias, etc., enquanto o comunismo é um movimento que abole essas relações. A Iugoslávia tinha todas as características de um sistema capitalista, não importa quanto tempo seus ideólogos gastassem para mascará-las. Por exemplo, a propriedade social não passava de propriedade de uma classe dominante que se apropriava de sua mais-valia. Além disso, não houve revolução socialista e/ou comunista na Iugoslávia. A revolução comunista é marcada por um levante do proletariado que, junto com seu partido de classe, "abole o atual estado de coisas" (Marx). No caso da Iugoslávia, o CPY conquistou o poder após a guerra, enquanto as relações de produção não mudaram em nada.

A ideia de autogestão nunca fez parte da tradição marxista e nunca foi e nunca será capaz de enfrentar o capitalismo e substituí-lo. Pelo contrário, no caso da Iugoslávia, a autogestão apenas aumentou o poder da classe dominante e integrou a classe trabalhadora ao Estado, assim como o Estado de bem-estar social no Ocidente. Muito pelo contrário, no caso da Iugoslávia, a autogestão apenas aumentou o poder da classe dominante e integrou a classe trabalhadora ao Estado, assim como o Estado de bem-estar social no Ocidente. Além disso, a autogestão iugoslava manteve as relações capitalistas seguras, declarou a lei do valor, a produção de mercadorias e a troca de

mercado como meras "ferramentas econômicas" que existem em todas as economias e resolveu todas as crises econômicas e políticas com uma liberalização mais ampla como a principal medida de austeridade. Se a autogestão deveria mostrar "outra forma" de organização de um estado socialista, ela fracassou - pois o socialismo em um país é um projeto desperdiçado. A transformação comunista só é possível em escala internacional.

Embora seja preciso ser completamente cego para não notar a diferença entre as condições básicas de vida na Iugoslávia e nos países ex-iugoslavos de hoje, não se deve cair na armadilha da nostalgia ou pedir a renovação das relações iugoslavas. A iugonostalgia na arena política não passa de um populismo a-político ou de uma análise superficial. Em vez de se banquetear com a iugonostalgia, devemos nos concentrar em compreender as condições e as relações que existiam na Iugoslávia, seu desenvolvimento dialético nos países da ex-Iugoslávia e como isso afetou a vida dos proletários para lutar por uma sociedade sem classes no futuro. Temos de estar sempre cientes de que a luta por uma sociedade sem classes envolve a compreensão das relações de produção atuais, da dinâmica das classes, mas também das lições históricas, em que a ressurreição dos regimes socialistas estatais não é um objetivo, mas um obstáculo.

FONTES

Battaglia Comunista. 1947. "Nazionalismo e sindacati nella regione Giulia"; *Battaglia comunista*, 3 de setembro de 1947.

Battaglia Comunista. 2012. *Foibe, il macabro trionfo dell'ideologia nazionalista*; Milano: Edizioni Prometeo.

Bilandžić, Dušan. 1999. *Hrvatska moderna povijest*. Zagreb: Golden Marketing.

Bilandžić, Dušan-Tonković, Stipe. 1974. *Samoupravljanje 1950-1974*. Zagreb: Globus.

Bordiga, Amadeo. 1922. **"The Democratic Principle" [O princípio democrático].**

Bordiga, Amadeo. 1957. **"Fundamentals of Revolutionary Communism" [Fundamentos do comunismo revolucionário].**

Chattopadhyay, Peresh. 1994. *The Marxian Concept of Capital and the Soviet Experience [O conceito marxiano de capital e a experiência soviética]*; Londres: Praeger.

Chattopadhyay, Paresh. 2005. "Words Apart: Socialism in Marx and Early Bolshevism - A Provisional Review"; *Economical and Political Weekly*, 31 de dezembro de 2005, pp. 5629-5634.

Cvjetičanin, Veljko. 1971. "Obilježja i dileme samoupravnog jugoslavenskog socijalizma"; *Praxis* #3-4, pp. 595-602.

Čalić, Dušan. 1974. *Marksizam i samoupravljanje*. Zagreb: Globus.

Deutscher, Isaac. 1977. *Staljin: Politička biografija*. Zagreb: Globus.

Dunayevskaya, Raya. 1941. **"A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas é uma sociedade capitalista"**.

Dunayevskaya, Raya. 1942. **"Uma análise da economia russa"**.

Dunayevskaya, Raya. 1946. **"The Nature of the Russian Economy" [A natureza da economia russa]**.

Dunayevskaya, Raya. 1948. **"Os stalinistas voltam a falsificar o marxismo"**.

Dunayevskaya, Raya. 1961. **"Tito's Turnabout" [A virada de Tito]**.

Dunayevskaya, Raya. 1992. *The Marxist-Humanist Theory of State-Capitalism* [A Teoria Marxista-Humanista do Capitalismo de Estado]. Chicago: Comitê de Notícias e Cartas.

Dunayevskaya, Raya. 2000. *Marxism & Freedom: From 1776 until Today*. Nova York: Humanity Books.

Erba, Dino. 2012. *Nascita e morte di un Partito Rivoluzionario: Il Partito Comunista Internazionale 1943-1952*; Milano: All'Insegna del Gatto Rosso.

Fabrike radnicima. 1964a. "Uputstva o osnivanju i radu radničkih savjeta državnih privrednih preduzeća," in *Fabrike radnicima: hronika o radničkom samoupravljanju u Jugoslaviji*, Dragan Marković, ed. Beograd: Privredni pregled, pp. 90-92.

Fabrike radnicima. 1964b. "Popratno pismo uz Uputstvo o osnivanju i radu radničkih savjeta državnih i privrednih poduzeća," in *Fabrike radnicima: hronika o radničkom samoupravljanju u Jugoslaviji*, Dragan Marković, ed. Beograd: Privredni pregled, pp. 92.

Flaherty, Diane. **"Self-Management and Requirements for Social Property: Lessons from Yugoslavia" (Lições da Iugoslávia)**.

Grgurević, Dragutin. 1985. *Prvi radnički savjet*; Institut za historiju radničkog pokreta Jugoslavije: Zagreb.

Holjevac Tuković, Ana. 2003. "Društveno-gospodarske reforme 1950-1952. i njihov odraz na upravu Narodne Republike Hrvatske", *Arhivski vijesnik*, pp. 131-146.

Horvat, Branko. 1989. *ABC jugoslavenkog socijalizma*; Zagreb: Globus.

ITAS. 2012a. **"Razgovor s radnicima ITAS-a: Tvornica se brani iznutra! (I.)"**, intervistado por: Juraj Katalenac.

ITAS. 2012b. **"Razgovor s radnicima ITAS-a: Tvornica se brani iznutra! (II.)"**, intervistado por: Juraj Katalenac.

James, C. L. R. 1986. *State Capitalism and World Revolution*; Chicago: Charles H. Kerr Publishing Company.

Jugoslavija. 1985a. "Osnovni zakon o upravljanju državnim privrednim preduzećima i višim privrednim udruženjima od strane radnih kolektiva," in *Jugoslavija 1918-1984*, Branko Petranović, ed., Beograd: Rad.

Jugoslavija. 1985b. "O reorganizaciji vlade Federativne Narodne Republike Jugoslavije", em *Jugoslavija 1918-1984*, Branko Petranović, ed., Beograd: Rad.

Jugoslavija. 1985c. "Opći zakon o narodnim odborima", em *Jugoslavija 1918-1984*, Branko Petranović, ed., Beograd: Rad.

Jugoslavija. 1985d. "Ustavni zakon o osnovama društvenog i političkog uređenja Federativne Narodne Republike Jugoslavije i savezim organima vlasti", em *Jugoslavija 1918-1984*, Branko Petranović, ed., Beograd: Rad.

Jugoslavija. 1985e. "Uredba o imovinsim odnosima i reorganizaciji seljačkih radnih zadruga," in *Jugoslavija 1918-1984*, Branko Petranović, ed., Beograd: Rad.

Kardelj, Edvard. 1949. *O narodnoj demokratiji u Jugoslaviji*. Beograd: Kultura.

Kardelj, Edvard. 1964. "Opšti uslovi i problemi društvenog razvoja u Jugoslaviji." em *Hrestomatija političke znanosti*, Eugen Pusić, ed., Zagreb: Naprijed, pp. 205-226.

Kidrič, Boris. 1948. *Privredni problemi FNRJ*; Zagreb: Kultura.

Korbel, Josef. 1951. *Tito's Communism*; Denver: The University of Denver Press.

Kovacs, Arpad. 2010. "Learning a Lesson: An Anarchist's Defence of Marxism Based Socialism". *New Proposals* vol. 4, no. 1, pp. 29-34.

Lebowitz, Michael. 2004. **"Pouke jugoslavenkog samoupravljanja"**.

Lebowitz, Michael. 2010a. **"Socijalizam ili barbarizam kao jedina opcija 21. stoljeća"**, intervistado por: Srećko Horvat.

Lebowitz, Michael. 2010b. *The Socialist Alternative [A alternativa socialista]: Real Human Development [Desenvolvimento Humano Real]*. Nova York: Monthly Review Press.

Lebowitz, Michael. 2012. "Sedam teških pitanja". *Zarez*, XIV/329, 1º de março de 2012, pp. 24-25.

Lenjin, V.I. 1949. *Što da se radi?*; Kultura: Beograd.

Lenjin, V. I. 1973. *Država i revolucija*; Naprijed: Zagreb.

Lindblom, Charles E. 1977. *Politics and Markets*. Nova York: Basic Books, Inc.

Lončar, Jovica. 2012. "Kontekst radničkih borbi u Hrvatskoj (I. dio)." *Zarez*, XIV/348-49, 20 de dezembro de 2012, pp. 12-13.

Mandel, Ernest. 1967. **"Yugoslav Economic Theory"**, *Monthly Review*, abril de 1967.

McFarlane, Bruce. 1966. "Yugoslavia's Crossroads" [Encruzilhada da Iugoslávia]. *Socialist Register*, Vol. 3, 1966, pp. 114-131.

Marx, Karl. 1947. *Kapital I*. Beograd: Kultura.

Marx, Karl. 1959. *Beda filozofije*. Zagreb: Naprijed.

Marx, Karl. 1974. "Anekovu (28. deceptbra 1846)"; em *Marks-Engels-Lenjin: Protiv anarhizma, liberalizma levičarstva i revizionizma*; Beograd: BIGZ.

Marx; Engels. 1973. *Ekonomski spisi*. Sarajevo: Svjetlost.

Marx; Engels; Lenjin. 1973. *Iskustva Pariške komune*. Sarajevo: Svjetlost.

Musić, Goran. 2010. "Yugoslavia: Workers' Self-Management as State Paradigm"; em *Ours to Master and Own: Workers' Control from the Commune to the Present*, Immanuel Ness i Dario Azzellini, ed., Chicago: Haymarket Books, pp. 172 - 190.

Diário do Povo; Bandeira Vermelha. 1963. *Is Yugoslavia A Socialist Country?*; Pequim: Foreign Language Press.

Perlman, Fredy. 1969. *Birth of Revolutionary Movement in Yugoslavia [Nascimento do Movimento Revolucionário na Iugoslávia]*; Kalamazoo: Black & Red.

Petranović, Branko. 1988. *Istorija Jugoslavije 1918-1988 vol. 2: Narodnosolobodilački rat i revolucija 1941-1945*; Beograd: Neolit.

Petrović, Gajo. 1971. "Birokratski socijalizam"; *Praxis* nº 3-4, pp. 483-499.

Pirjevac, Jože. 2012. *Tito i drugovi*; Zagreb: Mozaik knjiga.

Rizzi, Bruno. 1983. *Birokratski kolektivizam*. Zagreb: Globus.

Schulze, Theo. 1962. "Yugoslavia's Way: The Workers' Councils System". *International Socialist Review*, vol. 23, nº 3, verão de 1962, pp. 84-86, 90.

Staljin, Josip. 1981. "Ekonomski problemi socijalizma u SSSR-u"; em *Pitanja lenjinizma*, Dragutin Lalović, ed., Zagreb: Centar društvenih djelatnosti saveza socijalističke omladine Hrvatske, pp. 701 - 734.

Stojanović, Svetozar. 1972. "Od Postrevolucionarne diktature ka socijalističkoj demokratiji." *Praxis* nº 3-4, pp. 375-399.

Supek, Rudi. 1971. "Protuvuriječnosti i nedorečenosti jugoslavenkog samoupravnog socijalizma"; *Praxis* nº 3-4, pp. 347-371.

Tito. Josip Broz. 1947. *Borba za oslobođenje Jugoslavije 1941-1945 I*; Beograd: Kultura.

Tito. Josip Broz. 1950. **"Trabalhadores gerenciam fábricas na Iugoslávia"**.

Tito. Josip Broz. 1959. "O radničkom upravljanju privrednim poduzećima", em *Govori i članci*, knjiga 5, Zagreb: Naprijed, pp. 220-253.

Tito. Josip Broz. 1982a. "Borba komunista Jugolsavije za socijalisitčku demokratiju (Iz referata na VI Kongresu KPJ, Zagreb, 3. Novebra 1952)"; em *Jugoslavenska revolucija i socijalizam*; Zagreb: Globus, pp. 423-430.

Tito. Josip Broz. 1982b. "Odgovori na pitanja "Borbe" o značaju i daljnjem ravzitku revolucije u Jugoslaviji ("Borba," 29. Novembra 1951)"; in *Jugoslavenska revolucija i socijalizam*; Zagreb: Globus, pp. 419-422.

Van der Linden, Marcel. 2007. *Western Marxism and Soviet Union: A Survey of Critical Theories and Debates Since 1917*; Boston: Brill.

Von Mises, Ludwig. 1983. *Nation, State and Economy*; Nova York: New York University Press.

Woodward, Susan L. 1995. *Socialist Unemployment: The Political Economy of Yugoslavia 1945-1990*. Princeton: Princeton University Press.

Woodward, Susan L. 2003. "The Political Economy of Ethno-Nationalism in Yugoslavia", *Socialist Register*, Vol. 39, 2003, pp. 73-92.